



FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Programa FACC
FUNDO DE APOIO À COMUNIDADE CIENTÍFICA

Géncia Inovação
2010

FUNDAÇÃO
ENG. ANTÓNIO DE ALMEIDA

Dipartimento
Identità Culturale

 **Civilização**
Editora

ISBN 978-989-95922-6-1

9 789899 592261

11

Comendas das Ordens Militares na Idade Média



Militarium Ordinum Analecta

FONTES PARA O ESTUDO DAS ORDENS RELIGIOSO-MILITARES

11

2009

Comendas das Ordens Militares
na Idade Média



CEPESE

Opening remarks

The present volume constitutes the proceedings of the International Seminar *The Commanderries of the Military Orders* that took place between 3rd and 4th November 2008, at the University Lusíada of Porto.

This Seminar is one of the results of transnational cooperation between the Consiglio Nazionale delle Ricerche (CNR) of Italy and the Portuguese Science Foundation (2007-2008), dedicated to the study of *Iberian Identity: Portugal from Medieval times to the beginning of Modern era*.

Sponsored by the Research Group of Medieval and Renaissance Studies, of CEPESE (*Centre for the Study of Population, Economy and Society*), this Seminar is one of the most recent examples of two decades of collaboration between its members.

This initiative gathered ten Portuguese researchers, five Italians and one from Spain. The scientific level of the debate around the theme in discussion was very rewarding to all the participants, especially because several Master students of the Faculty of Letters of Porto also participated in the sessions.

The scientific *agenda* also included the presentation of a book by Marco Tangheronni, called *Della Storia. In margine ad aforismi di Nicolás Gómez Dávila* (Milan, Sugarco Edizioni, 2008), an author to whom Portuguese historiography is very much in debt. The Convent of Leça do Balio, founded by the Hospitallers of St. John, was the place chosen for the visit. The program also included a short meeting in CEPESE in order to discuss other forthcoming activities.

In these circumstances, it is with great pleasure that these proceedings are now published. They constitute another volume of the collection *Militarium Ordinum Analecta*.

As comendas: enquadramentos e aspectos metodológicos

Paula Maria de Carvalho Pinto Costa
Faculdade de Letras da Universidade do Porto; CEPESE

Resumo: O estudo das comendas das Ordens Militares pode ser desenvolvido a partir da análise de documentação muito diversa. Os textos normativos definiam aspectos para a generalidade da instituição sem atender às especificidades regionais das diferentes áreas. Estes documentos legislativos uniformizam, de forma superficial, uma diversidade relevante, o que justifica a elaboração de estudos monográficos que permitam a caracterização de cada comenda. Apesar de conhecermos sobretudo documentação produzida com o objectivo de fixar comportamentos (textos normativos) e a memória económica e jurisdicional das comendas (prazos, tombos de propriedades, documentos sobre os direitos exercidos), temos que investigar os procedimentos de poder desenvolvidos no seu contexto, bem como a sua integração em redes mais amplas, como a totalidade da organização a que pertencem. Assim, poderemos ter um melhor conhecimento das comendas, do seu real valor económico, do seu papel social, da sua articulação com outras realidades, e não apenas do seu funcionamento orgânico, como as fontes mais abundantes deixam ver numa primeira leitura.

Abstract: The study of the commanderies of the Military Orders can be developed through the analysis of distinct documents. The normative texts defined some aspects to the generality of the institution forgetting the specific character of the different regions. These law documents create a standard view of the real diversity, which justify the elaboration of monograph studies with the aim of characterizing each commandery. Although we know particularly documents written with the objective of defining behaviors (normative texts) and the economic and jurisdictional memory of the commanderies (contracts, inventory of properties, documents about the rights associated to the commanderies), we should investigate the power procedures developed in this context, as well as their integration in a large background, as the whole organization to which the commanderies belong. In this way, we are able to approach a great knowledge about the commanderies, of their real economic value, of their social role, of their connection with others spheres, and not only about their organic performance, as the major part of written documents let us understand in a superficial analysis.

Palavras-chave: Ordens Militares; Ordem de S. João; Comendas; Documentos normativos; Enquadramento económico e social

Key-words: Military Orders; St. John's Order; Commanderies; Normative documents; Economic and social approach.

O Seminário Internacional sobre Comendas das Ordens Militares, em que apresentamos a versão oral do texto que agora se publica, insere-se num projecto de investigação luso-italiano, que decorre de uma colaboração institucional já consolidada entre estes dois países. Esta iniciativa teve por objectivos primordiais divulgar a investigação já desenvolvida sobre a temática em discussão, promover a internacionalização destes estudos, desenvolver a realização de trabalhos comparativos e estabelecer prioridades de investigação para os tempos mais próximos, já que constituiu um espaço de debate entre especialistas na matéria. Em função da referida parceria luso-italiana, no ano de 2007, foi preparado um texto intitulado *Comendas da Ordem do Hospital em Portugal e no Sul de Itália: fontes documentais e enquadramentos metodológicos*, apresentado na Universidade de Évora, no âmbito do 10th Anniversary Mediterranean Studies Congress (Maio / Junho de 2007), subscrito por uma equipa de investigadores dos dois países¹. Este trabalho surgiu na sequência de uma colaboração institucional entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia e o Consiglio Nazionale delle Ricerche, que tem dado origem a diversos encontros e publicações científicas, com o propósito de estudar a identidade ibérica no contexto da Europa do Sul, através da análise comparada das Ordens Militares, entre outros aspectos, como aconteceu ao abrigo do programa definido para o biénio 2007-2008.

A abordagem das comendas das Ordens Militares é, de facto, uma temática de estudo bastante aliciante e que permite o desenvolvimento de linhas de trabalho diversificadas. Se o próprio carácter das comendas, a par da documentação que se conserva nos arquivos, têm até ao presente sido inspiradores de estudos sobretudo de índole económica, também é verdade que não podemos valorizar esta perspectiva em detrimento de outras, como, de resto, este seminário demonstra.

Antes de mais importa esclarecer que a base de observação em que assenta este trabalho é constituída pelo universo das comendas da Ordem do Hospital existentes em Portugal ao longo dos tempos medievais. No contexto desta instituição, a fundação e estruturação de uma comenda ou preceptoria exigia duas condições: por um lado, a capacidade de produção de forma a garantir rendimentos que permitissem subsidiar a acção desenvolvida na Terra Santa e, por outro, a possibilidade de criação de instrumentos de controlo, capazes de atrair vocações, que se traduzissem no ingresso de pessoas, e de exercer influência numa determinada área geográfica. Para cumprir estas funções era escolhido um comendador que administrava os bens patrimoniais e providenciava o envio de rendimentos (por norma, designados por *responsões*, que equivaliam a 1/3 do rendimento) para a casa conventual localizada desde Jerusalém a Malta, de acordo com a cronologia que tivermos em consideração.

A estrutura supranacional da Ordem do Hospital, à semelhança das outras organizações congéneres, contava na sua base com o modelo de organização em comendas, submetendo estes núcleos às autoridades provinciais, que actuavam

¹ Maria Eugénia Cadeddu, Antonella Pellettieri, Nicola Montesano, Luís Adão da Fonseca e Paula Pinto Costa.

ao nível de cada priorado, e, por fim, ao governo central da Ordem². A articulação entre estas esferas é uma questão bastante importante e complexa. Nos primórdios da instituição (séc. XII), este esquema de funcionamento pode sugerir a existência de um aparelho administrativo pouco desenvolvido, bastante empenhado nas questões logísticas que decorriam da ocupação da Terra Santa e que, por isso, delegava poderes nas instâncias provinciais, muito distantes geograficamente da figura do Grão-Mestre e dos oficiais que com ele colaboravam directamente³.

De forma sintética, a origem das comendas esteve relacionada sobretudo com necessidades do foro administrativo e com exigências de gestão de um património vasto e disperso. De uma maneira geral, as Ordens Militares foram chamadas a combater, a povoar, a explorar economicamente os espaços que controlavam e a enquadrar civil e religiosamente a população que neles habitava, o que favoreceu a divisão operacional dos territórios em núcleos de mais fácil gestão e articulação, designados por comendas. Para além destes objectivos, a Ordem do Hospital tinha ainda que desenvolver uma actividade sócio-caritativa, que estava na base da definição do seu carácter, cuja concretização seria facilitada pela versatilidade garantida pela rede de comendas que controlava. A partir do momento em que integraram o *território português*, ainda na fase inicial do Condado Portucalense, os Sanjoanitas foram envolvidos na prestação de cuidados assistenciais às pessoas que circulavam por estas paragens, mesmo que tivessem um destino de peregrinação para além da fronteira, como seria Santiago de Compostela, bem como no processo de reconquista territorial, embora já posteriormente.

O suporte legislativo desta forma de organização foi desenvolvido ao longo de vários anos, uma vez que numa fase inicial da existência desta Ordem Religioso-Militar não se encontravam definidas as directrizes sobre comendas, já que seria impossível perspectivar o perfil que estes núcleos viriam a ter. Neste sentido, ao longo dos séculos XIII-XV, o Capítulo Geral foi elaborando as orientações normativas sobre a gestão das comendas e a administração de bens, cláusulas que se tornaram bastante abundantes nos Estatutos na Ordem⁴ e que dispensam tratamento específico no âmbito deste trabalho. Em paralelo, as visitas

² *La commanderie. Institution des Ordres Militaires dans l'Occident Médiéval*. Sous la direction d'Anthony Luttrell et Léon Pressouyre. Paris, 2002, p. 9.

³ *La commanderie. Institution des Ordres Militaires dans l'Occident Médiéval...*, p. 12.

⁴ BIBLIOTECA DA AJUDA, *Regra da Ordem de S. João de Jerusalém*, n.º 49-11-32 (a partir deste momento citada como: B.A., *Regra ...*), fls. 182-200, onde se podem ler as orientações precisas sobre o assunto em epígrafe. De acordo com Santos García Larragueta, esta abundante produção normativa e constantes alterações consagradas nos Estatutos deram lugar à redacção de códigos, que funcionavam como uma espécie de manual ou *vademecum*, que continham as principais normas a observar em cada Priorado. Na sequência de uma decisão assumida por D. Afonso de Portugal, Grão-Mestre da Ordem e filho de D. Afonso Henriques, estes textos passaram a ter uma versão nas respectivas línguas dos priorados a que se destinavam (GARCÍA LARRAGUETA, Santos – *Libro de los Estatutos Antiguos de la Orden de San Juan*, p. 4-5).

periódicas feitas às comendas também foram alvo de apertada regulamentação, estando previsto um protocolo para a sua realização, já que estas unidades constituíam a base da organização do património da Ordem⁵.

No plano teórico, a Ordem do Hospital considerava que as suas comendas se agrupavam em diferentes categorias. Neste sentido, a classificação das comendas compreendia as de cabimento⁶, melhoramento⁷, magistrais⁸ e de graça⁹, em função da antiguidade, do desempenho dos cavaleiros e do destino dos rendimentos. Os priores tinham ainda o direito de dispor de 4 comendas, que recebiam a designação de priorais. Por vezes, aparece-nos, a par das comendas, a designação equivalente e esporádica de preceptoria, nomeadamente na documentação que envolve a Santa Sé¹⁰,

⁵ B.A., *Regra ...*, fls. 201v-202v, onde se disserta a propósito *Da forma como se fazem as visitas*. As primeiras visitas do Grão-Mestre à circunscrição portuguesa tiveram lugar em 1140 e em 1156/57, altura em que os Hospitalários tiveram que aumentar o número de províncias, em função do alargamento do território que possuíam (*La commanderie. Institution des Ordres Militaires dans l'Occident Médiéval ...*, p. 12).

⁶ Uma comenda de cabimento era atribuída, por norma, a cada cavaleiro por um período de tempo de 5 anos. SANTA CATHARINA, Fr. Lucas de - *Malta Portuguesa. Memórias da nobilíssima e sagrada Ordem dos Hospitalários de S. João de Jerusalem, especialmente do que pertence à Monarchia Portuguesa*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734, p. 153-157.

⁷ Uma comenda de melhoramento era a que se entregava em benefício de um cavaleiro, em função do cumprimento meritório da sua actividade no referido cargo, que justificava o reforço dos rendimentos provenientes da gestão de uma comenda. SANTA CATHARINA, Fr. Lucas de - *Malta Portuguesa...*, p. 154.

⁸ A comenda magistral de cada Priorado seria destinada à administração do Grão-Mestre, que a poderia arrendar aos freires que entendesse, de forma a satisfazer as suas necessidades materiais. Em Portugal, a comenda de Cova tinha, precisamente, a categoria de câmara magistral. B.A., *Regra ...*, fl. 129v.

⁹ De cinco em cinco anos, o Grão-Mestre podia dar *de graça* (isto é, a título de mercê) aos freires residentes no convento uma comenda das que vagassem, num limite máximo de duas comendas por Priorado. (B.A., *Regra ...*, fl. 187v/l, atendendo a que a numeração do fl. 187 se encontra atribuída a duas folhas distintas). Por sua vez, as comendas de graça priorais eram aquelas que, com a mesma periodicidade quinquenal das primeiras, a contar da data da promoção de um freire à qualidade de Prior, eram concedidas pelo responsável de um Priorado a um Hospitalário antigo e benemérito (B.A., *Regra ...*, fls. 187-187v/l, atendendo a que a numeração do fl. 187 se encontra atribuída a duas folhas distintas).

¹⁰ Nuno Gonçalves de Góis, enquanto preceptor da casa do Crato e Prior de Portugal, conferiu a Fr. Fernando Camelo as comendas de S. João de Vila Cova e de S. João de Covelo, da diocese de Lamego, vagas por morte de Fr. João Gonçalves, tendo Fr. Fernando solicitado ao Papa a respectiva confirmação, em 22 de Maio de 1426 (publ. *Monumenta Portugaliae Vaticana*. Documentos publicados com introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa. Porto: Editorial Franciscana, 1970, vol. IV, doc. 980, p. 117-118). Por sua vez, em Agosto de 1518, o Papa Leão X utiliza o termo preceptorias referindo-se a comendas portuguesas (I.A.N./T.T., *Bulas*, m. 36, n.º 33). E, em Novembro de 1518, Álvaro da Gama era designado de preceptor das casas de Elvas e Montouto, de acordo com as palavras atribuídas a Leão X, no contexto da vacante de Manuel de Noronha (I.A.N./T.T., *Bulas*, m. 29, n.º 29).

e a de bailia, reportando-se a uma circunscrição administrativa de maior projecção¹¹.

Apesar de existir esta distinção entre comendas, reconhecida oficialmente pela Ordem de S. João, os textos normativos deixam escapar, sem explicações satisfatórias que nos elucidem, que haveria outros critérios determinantes. Assim, nestes documentos são referidas comendas "*de pouco valor e interesse*"¹². De facto, esta hierarquia, do foro mais subjectivo, apesar de não se encontrar descrita em parâmetros rígidos, deve estar no centro das nossas prioridades de estudo, porque teria o maior significado ao nível interno de cada Priorado, pois mobilizava as *candidaturas* às comendas, as ambições das pessoas que ingressavam na Ordem e mesmo daquelas que, apesar de externas a esta estrutura, se posicionavam como observadoras atentas e tinham um papel activo no mercado da terra, em geral. Apesar de tudo, no final do século XV, em Portugal, a obtenção das comendas Hospitalárias seria encarada com uma certa seriedade, pelo menos a avaliar por um pedido apresentado numa reunião de Cortes em tempos de D. Manuel I (1498). Assim, através deste, pretendia-se que as outras Ordens Militares presentes no reino fossem rigorosas nesses procedimentos, à semelhança do que acontecia com os freires de S. João, que iam *ganhar* as comendas a Rodes, o que espelha o prestígio e a respeitabilidade que esta instituição detinha¹³. Estamos, de facto, perante uma afirmação que desperta a curiosidade dos historiadores que procuram avaliar os procedimentos deste género dentro de cada Ordem Militar, mas que não pode ser assumida apenas no seu sentido literal. É óbvio que a guerra que se travava contra o avanço Turco no Mediterrâneo era um factor de valorização do papel desempenhado pelos freires de S. João, e que justificava a gratificação de serviços aí prestados, embora não anulasse comportamentos menos escrupulosos na obtenção das comendas. Inclusivamente, nas duas últimas décadas de Quatrocentos, em função do agravamento dos confrontos que atingiam a ilha de Rodes, teve lugar uma participação mais activa por parte dos freires portugueses, que se viam forçados a abandonar as suas comendas para se deslocarem à sede conventual. Esta circunstância, marcada por episódios de maior mobilidade, seria com certeza, responsável por alguma instabilidade sentida ao nível das comendas¹⁴. Num contexto distinto, já o Papa Clemente IV em 1267, tinha proibido a concessão de preceptorias da Ordem do

¹¹ De acordo com os textos legislativos internos, desde os primórdios da Ordem, foram escolhidos determinados freires para colaborar directamente com o Grão-Mestre nas tarefas de governo da instituição, que recebiam o título de Bailio (B.A., *Regra ...*, fl. 134). Neste sentido, o exercício de uma dignidade de Bailio seria associado aos bens que o mesmo freire teria sob a sua responsabilidade.

¹² B.A., *Regra ...*, fls. 190v-191.

¹³ *Cortes Portuguesas: reinado de D. Manuel I*. Organização e revisão geral de João José Alves Dias. 1.ª edição. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 2001, p. 121.

¹⁴ COSTA, Paula Pinto - *O Mediterrâneo e a Ordem de S. João*. In *Portogallo Mediterraneo*, ed. Luís Adão da Fonseca e Maria Eugénia Cadeddu. Cagliari: Consiglio Nazionale delle Ricerche / Istituto sui rapporti italo-iberici, 2001, p. 75-97.

Templo sob pedido dos reis ou dos grandes senhores, decretando sentença de excomunhão para quem as aceitasse.¹⁵

No caso das Ordens de Cristo, Santiago e Avis, no reinado manuelino, altura em que se colocou a referida questão em Cortes, vivia-se uma situação muito particular e com reflexos neste assunto, já que estamos a falar de Ordens que eram administradas directamente por figuras da Família Real portuguesa. Assim sendo, os infantes que as governavam distribuíam as comendas de acordo com as fidelidades que lhes eram prestadas, num claro afastamento das normas expressas pelos textos legislativos produzidos pelos órgãos internos competentes. Esta situação sortiu efeitos consideráveis ao nível do perfil das pessoas que ingressavam nestas organizações. Luís Filipe Oliveira já identificou o início do processo de aristocratização das Ordens Militares por meados do séc. XIV, sistema que se consagraria na centúria seguinte¹⁶. A coroa, ao distribuir as comendas das referidas três Ordens pelos fidalgos que eram seus apaniguados, estava a contribuir, por um lado, para a curialização da nobreza e, por outro, para a descredibilização de velhas práticas internas, regulamentadas por cláusulas normativas, cada vez mais retóricas e com menos efeitos práticos na gestão destas instituições. Neste sentido, o próprio conceito de Ordem Militar, tal como tinha sido formulado nos primórdios da sua existência, encontrava-se envolvido num processo marcado por profundas alterações.

O grande número de comendas em que se organizava a Ordem do Hospital entre os séculos XII e XVI – cerca de 50 no Priorado de Portugal – é reflexo de uma grande dispersão patrimonial e das exigências de gestão, tendo em vista o cumprimento das obrigações fiscais para com o Comum Tesouro. A cronologia precoce de instalação dos freires de S. João no Condado Portucalense (provavelmente na 2ª década do século XII) pode ter favorecido o pulverizar das doações em seu benefício, num espaço nortenho, como o Entre-Douro-e-Minho, que registava uma elevada ocupação do solo, pelo que a propriedade se encontrava bastante fraccionada. A presença neste espaço das principais casas de prestígio do reino português constituiu outro factor que favoreceu a orientação setentrional do património hospitalário, pelo menos numa fase inicial. Acrescente-se, ainda, que pela época da chegada dos feires a estas paragens, o Condado Portucalense tinha como limite Sul a região de Coimbra, o que reforça o papel desempenhado pelos

¹⁵ IAN/TT, L.N., Mestrados, fls. 26v-27.

¹⁶ OLIVEIRA, Luís Filipe Simões Dias de – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores: As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*. Edição policopiada da dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Algarve. Faro, 2006, p. 168-175. Esta tendência encontra-se, claramente, confirmada pela tese de doutoramento de VASCONCELOS, António Maria Pestana Falcão de – *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder: sécs. XIV a XVI*. Porto: edição policopiada da dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto, 2008, p. 223, onde o autor afirma que a presença de nobres no seio das Ordens Militares presentes em Portugal aumenta consideravelmente ao longo de todo o séc. XV (63% mais no período de 1450-95 do que em relação à realidade verificada para 1385-1450 e 131% mais de ingressos de gente nobre no período de 1495-1521 do que em relação a 1450-95).

elementos que mencionamos. Assim, a primeira referência a um comendador em Portugal data de 1146 e reporta-se a Aboim (Braga)¹⁷. Por sua vez, pouco antes, em 1140, estaria em funções D. Paio, Prior de Portugal e da Galiza¹⁸, em acumulação de circunscrições, o que é sintomático de uma fase inicial de organização da Ordem. Em relação a este aspecto, também é de referir a grande ligação política entre estes dois espaços, divididos pelo Rio Minho, agregados em torno do reino de Leão, típica do tempo que antecedeu o acordo de Zamora de 1143. Para além das circunstâncias já referidas, cremos que uma outra pode ser evocada. Com efeito, no extremo ocidental da Península Ibérica, os Hospitalários adquiriram património disperso, sobretudo através de doações, em que se sublinhava a sua capacidade de remissão dos pecados¹⁹, e não tanto em reconhecimento do seu mérito militar, o que o fazia estar afastado dos espaços meridionais de fronteira e enquadrado numa ampla rede de comendas que se distribuíam pelos espaços da retaguarda²⁰.

Definidos alguns traços essenciais do enquadramento do universo de comendas portuguesas da Ordem do Hospital, importa sistematizar certos problemas metodológicos colocados pelo seu estudo.

As fontes documentais essenciais para o estudo das comendas provêm de várias origens e estão preservadas em diversos fundos arquivísticos. A consideração destes elementos é fundamental e os mesmos podem ser analisados como expressão de poder dos núcleos patrimoniais a que se reportam. Com efeito, da própria Ordem do Hospital podemos seleccionar documentos tanto do Grão-magistério (fundos fiscais, como as *responsões*, fundos judiciais, processos de habilitação e promoção no interior da Ordem, processos de visitação e de permuta de comendas), como dos priorados (tombos de propriedade, prazos, vedorias e livros de visitação). Por exemplo, de acordo com uma directriz promulgada pelo Grão-Mestre Pedro de Aubusson (1476-1503), os freires depois de estarem na posse das comendas tinham um ano para pedir ao Grão-Mestre as respectivas bulas confirmatórias, o que poderia constituir um registo de crucial importância, se preservado e identificado nos nossos arquivos²¹. Estas fontes documentais oferecem informações ímpares para o estudo das comendas, mas devem ser exploradas a par de outros dados. O levantamento sistemático de ele-

¹⁷ Publ. *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, edição crítica de Avelino de Jesus da Costa, 3 vols. Braga: Junta Distrital, 1965-1990, doc. 842, p. 277-278.

¹⁸ IAN/TT, *Gaveta VI*, m. único, nº 29.

¹⁹ COSTA, Paula Pinto – *A Ordem Militar do Hospital em Portugal. Séculos XII-XIV*. Edição policopiada da dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto, 1993, p. 75-76.

²⁰ BARROCA, Mário Jorge – Os castelos das Ordens Militares em Portugal (séculos XII a XIV). In *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. *Actas do Simposium Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2001, p. 535-548, em especial p. 538-540.

²¹ B.A., *Regra ...*, fl. 184.

mentos iconográficos nos fundos da Ordem é um campo de trabalho bastante útil e que poderá dar origem à elaboração de catálogos a partir de pintura mural, arte móvel, vitrais, iluminuras de livros, insígnias, ourivesaria, entre outros. Diversas séries documentais externas à Ordem contêm, também, informação indispensável, como é o caso da documentação régia (registos de chancelaria, inquirições, cortes), da Santa Sé, dos fundos episcopais (direitos dos prelados diocesanos), monásticos (confrontação de propriedades), concelhios (actas de verificação) e particulares (familiares).

No caso concreto de Portugal, as dificuldades detectadas no estudo das comendas são influenciadas pela escassez e perfil das fontes com que trabalhamos. Ao privilegiarmos uma análise dos tempos medievais, expomo-nos a dificuldades acrescidas ao nível da nossa observação do passado pela insuficiência das fontes escritas. No entanto, a distância temporal que nos separa desse tempo pode favorecer a reflexão e o apuro do sentido crítico, essenciais no trabalho do historiador. Em termos documentais, não podemos deixar de colocar em evidências certas circunstâncias que tornam ainda mais complicada a nossa tarefa. O espólio diplomático com que trabalhamos provém essencialmente de fundos pontifícios, régios, episcopais, monásticos e particulares, embora estes últimos em reduzida escala, e tem especial incidência nas questões que colocam a Ordem frente a outras esferas de poder. Os documentos produzidos no âmbito interno do instituto não chegaram até nós por razões várias. Desde logo, porque no início do séc. XIV, com a (re)construção do complexo conventual de Leça do Balio (Porto), à época sede da circunscrição portuguesa, e com a consequente campanha de obras que lhe conferiu um aparato gótico, muita documentação escrita se terá dispersado e perdido. De seguida, a transferência da sede do Priorado português de Leça para Santa Maria da Flor da Rosa (Crato) deverá ter produzido efeitos semelhantes. Acrescente-se, que nesta localidade alentejana fez-se sentir uma intensa actividade sísmica em 1531, que provocou o desabamento de uma parte das construções dos Hospitalários. A delapidação da documentação arquivada pelos freires de S. João em Portugal sentiu um novo golpe, desta feita decisivo, já na década de 30 do séc. XVII, altura em que D. João de Áustria invadiu o Crato e incendiou as instalações da Ordem. No plano internacional, os órgãos de gestão da Ordem de S. João sofreram uma série de sucessivas transferências geográficas, que deram lugar a largas perdas do acervo escrito que possuía. De Jerusalém a Malta, passando pelas ilhas de Chipre e Rodes deparamo-nos com um percurso atribulado, marcado pela guerra e pelo abandono sucessivo de paragens que nos fazem insistir na perda acelerada dos registos escritos²². Neste sentido, sublinhe-se não apenas a escassez de fontes, mas também as características dos documentos de que dispomos para estudar as comendas sanjoaninas. Desde logo,

²² Em 1187, pela queda de Jerusalém, em 1291 pela queda de S. João de Acre, em 1522 pela perda de Rodes. Relacionado com as questões em apreço, veja-se, LUTTRELL, A. – *The Hospitallers' Early Written Records*. In *The crusades and their sources. Essays presented to Bernard Hamilton*. Edited by J. France and W. G. Zajac. Aldershot: Ashgate, 1998, p. 135-154.

estamos colocados perante documentação que não foi produzida com o objectivo de dar a conhecer as comendas, que foi escrita fora dos referenciais conceptuais e terminológicos próprios da instituição (trata-se sobretudo de documentação régia ou pontifícia) e que, quando produzida pelos freires, valoriza sobretudo a dimensão legislativa e reguladora das práticas que teriam lugar no contexto dos núcleos que estudamos, oferecendo uma imagem teórica e pouco real das comendas.

Em suma, o balanço que podemos fazer entre a eventual documentação produzida em tempos medievais e a existente nos dias de hoje leva-nos a insistir na enorme perda de registos escritos e na desorganização do cartório desta instituição. Os próprios trajectos burocráticos descritos pela documentação (das comendas ao capítulo provincial e daqui para os órgãos centrais de governo e vice-versa), a descentralização de uma boa parte destes arquivos de índole local (guardados nas comendas e de acordo com o arbítrio dos respectivos comendadores) e as vicissitudes internacionais a que as infra-estruturas materiais da Ordem foram sujeitas constituem fortes obstáculos à preservação dos diplomas. Em termos concretos, e no que toca ao Priorado de Portugal, dificuldades deste género, acrescidas de outros acidentes que marcam a presença da Ordem entre nós, constituem razões que afectaram profundamente o núcleo documental desta organização.

A este nível, será importante recordar que um código elaborado no séc. XVI pelo Grão-Chanceler Fr. Cristóvão de Cernache Pereira arrola, sob a forma de sumários, 2825 documentos que existiriam nessa altura no nosso Priorado. Porém, é provável que este número não correspondesse ao total dos actos escritos relativos às comendas portuguesas, sendo possível consultar apenas cerca de 750 diplomas nos nossos arquivos, e muitos dos quais provenientes de fundos régios, o que acentua o grau de perda documental²³. De resto, se lermos os textos normativos encontramos várias situações em que era obrigatório produzir registos, que dariam origem a séries documentais que actualmente desconhecemos por completo. Neste sentido, sublinhamos a escassez das fontes escritas para o priorado de Portugal, o que dificulta o estudo das comendas. Assim, por um lado, os documentos escritos que conhecemos respondem directamente a questões relacionadas com a administração da propriedade enquadrada em comendas, mas, por outro, encapotam vertentes de análise, como a religiosidade, as trocas comerciais, as actividades culturais, as práticas quotidianas, o fabrico de objectos materiais, entre outras que seria fundamental indagar. Com efeito, são fontes com um perfil muito económico e que, por isso, dão uma imagem muito *standardizada* das comendas. Como sabemos, as contingências da documentação condicionam as opções do historiador e influenciam a forma como orienta o seu raciocínio e as perspectivas de estudo que desenvolve. Actualmente, o interesse sobre as figuras dos comendadores tem estado no centro de muitos trabalhos e tem revelado o

²³ IAN/TT, *Livro dos herdamentos e doações do mosteiro de Leça*, Colecção Costa Basto, nº 4. A distribuição destas referências por comendas pode consultar-se em COSTA, Paula Pinto – *A Ordem do Hospital em Portugal: da Idade Média à Modernidade*. "Militarium Ordinum Analecta", nº 3 / 4. Porto: Fundação Engº António de Almeida, 1999/2000, p. 42.

potencial do cruzamento da documentação das Ordens com a de outras instituições (públicas, como a coroa, ou privadas, como as famílias de onde provinham).

Por outro lado, os silêncios das fontes merecem-nos, igualmente, uma reflexão detalhada. Por exemplo, para Portugal, há um vazio informativo sobre o pagamento das *responsões*, à excepção de uma situação que ocorreu no reinado de D. Afonso IV. Já na sequência da intervenção do Papa João XXII²⁴, Clemente VI, em 1345, proibiu este monarca de impedir o envio do referido contributo para o convento de Rodes²⁵, bem como a partida de freires que fossem chamados pelo Grão-Mestre²⁶. No final do séc. XV, o pagamento das *responsões* continuaria a suscitar problemas, levando o Papa Inocêncio VIII a insistir na obrigatoriedade do seu cumprimento junto do comum tesouro da Ordem²⁷. Registe-se que o conhecimento deste problema nos chega através de documentação papal e régia e não por registos produzidos pela Ordem, desconhecendo-se por completo a contabilidade interna da Ordem e o processo burocrático subjacente a estes procedimentos. Face a esta omissão, e em função do argumento de D. Afonso IV se centrar na pretensão de aplicação destas verbas na luta contra os sarracenos de Granada, cabe questionar o papel desempenhado pela reconquista ao nível da absorção dos rendimentos do património confiado à Ordem, de resto, de forma legítima, uma vez que esta empresa – a reconquista – era assemelhada a uma cruzada em solo ibérico. Outra dúvida relacionada com esta problemática, e até ao momento de difícil esclarecimento, prende-se com o facto de em Portugal existir apenas um único priorado. Sabemos que há outros reinos onde isso não acontece, pois as propriedades estavam agrupadas em vários priorados. Algumas hipóteses podem ser colocadas, se bem que aguardem confirmação: propriedades que ofereciam um baixo rendimento, territórios que estavam muito distantes dos órgãos centrais de governo, territórios que eram palco de cruzada e, desta forma, absorviam os seus rendimentos e estavam muito afastados do cumprimento destes contributos devidos à sede conventual, um reduzido número de peregrinos em passagem para a Terra Santa e, que, por isso, não obrigaria ao grande desenvolvimento de infra-estruturas de apoio. Questões muito semelhantes se podem avançar em relação à inexistência de documentação proveniente de visitas feitas pelas instâncias superiores a estas comendas ocidentais.

²⁴ Publ. *Monumenta Henricina*, vol. 1. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, doc. 77, p. 166-167.

²⁵ Em meados do séc. XIV, uma situação semelhante a esta teve lugar em Aragão. BONET DONATO, María - *La Orden del Hospital en la Corona de Aragón. Poder y gobierno en la Castellania de Amposta (ss. XII-XV)*, Biblioteca de Historia. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1994, p. 75 e p. 79-80. Esta autora é de opinião que a proibição do envio das *responsões* mostra com clareza a intromissão régia no Priorado catalano-aragonês, sendo o exemplo máximo da contradição que resultava da sujeição desta circunscrição a uma fiscalidade supranacional e da sua dependência frente a uma monarquia feudal.

²⁶ Publ. *Monumenta Henricina*, vol. 1, doc. 99, p. 235-236.

²⁷ B.A., *Regra ...*, fl. 246.

Outro problema relevante no estudo das comendas deriva dos termos utilizados nas fontes documentais, ou seja, das imprecisões de vocabulário, que poderão justificar a elaboração de glossários a incluir nos estudos que produzimos. De acordo com o título XIX da *Regra*²⁸, destinado a prestar esclarecimentos a propósito "*Das significações das pallavras*", numa espécie de elucidário produzido pela própria Ordem, percebe-se que a necessidade de rigor a este nível tem raízes remotas, continuando actualmente a ser um assunto pertinente. Este domínio em especial pode ser particularmente interessante no momento de estabelecermos parcerias de investigação com os nossos colegas italianos, porque a partir da análise de um termo comum poderemos avaliar tanto os aspectos semelhantes, como as realidades que apresentam características diversas. Neste sentido, importa esclarecer com rigor o vocabulário técnico associado às comendas, em função da documentação específica de cada um destes núcleos territoriais.

Num plano distinto, outros desafios se colocam, como a constituição e a organização territorial das comendas e a concepção espacial no seu seio. Assim, será importante identificar a configuração de cada comenda, o estado em que se encontrava o património na fase anterior à sua organização como comenda (se bem que muitas vezes só tenhamos acesso à memória desse património depois de o mesmo ter sido organizado na categoria de comenda, desconhecendo-se por completo o seu passado físico e humano), os factores que contribuíram para uma certa agregação de bens imóveis, bem como os grupos sociais envolvidos nesse processo, as características geo-morfológicas do terreno, a forma de delimitação das comendas, bem como de formação e ampliação do património das mesmas. Tanto quanto sabemos, os processos de afirmação social de algumas famílias presidiram à organização de determinadas terras e à dotação da Ordem com alguns bens. Em paralelo, também deve ser analisado o desenvolvimento registado a partir de núcleos primitivos, resultantes de doações régias, aos quais se vão acrescentando esporadicamente outras parcelas de terra por doação, testamentos, esmolas, compras e até por episódios de usurpação protagonizados pela Ordem. A título complementar registe-se que a legislação interna desta instituição obrigava a que os bens de raiz que tivessem pertencido a um freire já falecido, e que lhe tivessem sido dados por pessoas seculares, bem como aqueles que ele tivesse adquirido, fossem aplicados à comenda mais próxima²⁹. Qualquer freire tinha, também, a obrigação de melhorar (ou seja, ampliar e rentabilizar) os bens que recebia, bem como de os inventariar, o que, a ser cumprido, teria um enorme significado. Com efeito, e face a estas prescrições, as comendas podiam estar em construção permanente. Tenha-se em consideração que, na fase em que estava em preparação a anexação das Ordens Militares de Cristo, Santiago e Avis à coroa portuguesa, que, do ponto de vista legal, só viria a acontecer em 1551, estas instituições tiveram necessidade de assinalar os seus bens fundiários, através da colocação de diversos marcos em pedra com as respectivas insígnias gravadas,

²⁸ B.A., *Regra ...*, fls. 239v-243v.

²⁹ B.A., *Regra ...*, fl. 196.

num claro sinal de preservação das propriedades que lhe davam corpo, o que constitui uma fonte de informação acrescida para o Historiador.

Com o objectivo de aperfeiçoarmos o nosso conhecimento sobre as comendas hospitalárias, a análise da documentação posterior (séculos XVII-XIX) deve também ser levada a cabo, tanto mais que, em Portugal, não tem sido utilizada de forma sistemática com este propósito de trabalho, embora seja uma vertente de investigação bastante inovadora³⁰. Estes fundos documentais, constituídos sobretudo por tomos e livros de visita, contêm a descrição do património imóvel, o que permite perceber alguns traços da sua configuração medieval, tanto ao nível dos edifícios, como ao nível da distribuição espacial dos elementos construídos, como até no plano dos objectos móveis e, por isso mesmo, mais expostos a alterações ou mesmo ao desaparecimento com o decorrer dos tempos, o que valoriza estas descrições tardias na óptica do medievalista.

Paralelamente, as indagações arqueológicas constituem um excelente apoio no avanço da investigação sobre estes temas. A tentativa de reconstituição das comendas passa pela cartografia da área que abarcavam e não apenas por um exercício de cartografia que se limite a assinalar a sede de cada comenda, de acordo com os centros das correspondentes divisões administrativas que existem nos dias de hoje. Assim, e salvo raras excepções, o estudo de uma comenda terá de passar pela identificação da área a que a mesma corresponderia. Este esforço passa, ainda, pela caracterização física do espaço que as comendas englobavam (relevo e tipo de solo), pela identificação dos centros de poder que se situavam no seu interior (geografia do poder) e de outros agentes de autoridade que emergiam nas proximidades de cada comenda (por exemplo, mosteiros), dos pólos produtivos e de transformação dentro de cada unidade (moinhos, fornos, azenhas e lagares), dos produtos predominantes na economia de cada comenda, que se reflectiam nas suas estratégias comerciais e nas suas rendas (recursos agro-pecuários, florestais, hídricos e marítimos), dos espaços de culto (igrejas, capelas e ermidas) e das estruturas de apoio assistencial (como hospitais e mercearias). A partir destes elementos, estaremos em melhores condições de proceder à distinção, por exemplo, entre comendas que possuíram castelo, que foram sede de concelho, que foram constituídas por bens urbanos, por bens rurais concentrados e/ou dispersos, que nasceram a partir de doações régias ou particulares. A avaliação dos rendimentos proporcionados pela exploração de cada uma destas unidades pode conduzir-nos a uma hierarquia de comendas, que poderá ser bastante útil no momento de estabelecer uma relação com o seu prestígio e com a pessoa que exercia o cargo de comendador.

Face aos elementos apontados podemos afirmar que na realidade não existia uma padronização das comendas, ao contrário do que ressalta da leitura das

³⁰ MONTESANO, Nicola; PELLETTIERI, Antonella – La Commenda di Grassano attraverso un inédito cabreo del 1737. In *Gran Priorato di Napoli e Sicilia del Sovrano Militare Ordine di Malta. Quaderni*, nº 2. Taranto – Palazzo Ameglio: Centro Studi Melitensi, 2004, onde se pode ver um exemplo da aplicação desta inovadora metodologia de estudo da documentação posterior com o objectivo de reconstituir aspectos medievais.

fontes normativas que versam estas temáticas. As diferenças entre elas eram acentuadas e resultavam das singularidades geográficas das áreas em que se situavam, das diferentes incidências da trama de povoamento, da organização do *habitat*, das disparidades ao nível da densidade demográfica, da interferência da organização administrativa central e/ou senhorial nesses locais, das actividades económicas predominantes (estrutura da propriedade, produtos explorados, fontes de rendimento, condição sócio-jurídica dos caseiros), do impacto de um mau ano agrícola, de uma vaga de peste, de um episódio de guerra, entre outros factores pontuais, que contribuíam para as distintas configurações destes núcleos e para a riqueza que proporcionavam.

Neste sentido, identificar as comendas que foram alvo de permutas com outras unidades e os núcleos que foram designados por *membros* e, como tal, eram anexados a outras comendas, conhecidas por *cabeças*, é um desafio que temos que prosseguir³¹. A participação dos comendadores nos capítulos provinciais será outro campo a sistematizar. Importa, pois, avaliar o raio de deslocação que teriam de percorrer para o efeito, identificar os potenciais interessados nos temas em debate numa determinada reunião, arrolar os cavaleiros que tinham o título de comendador nesse momento, de forma a aferir se os que participavam no Capítulo correspondiam ao total dos homens que desempenhariam essa dignidade ou apenas aos responsáveis pelas comendas de maior projecção ou de maior proximidade ao local. Com efeito, de acordo com os Estatutos, o Grão-Mestre Cláudio de la Sengle (1553-1557) terá sublinhado que a convocatória para o Capítulo Provincial era anual e abrangia todos os comendadores, que, em caso de incumprimento, seriam punidos com o pagamento do dobro das *responsões* (o que significava um encargo material muito pesado) e teriam que apresentar justificação adequada, fazendo-se representar por um procurador³².

Como se pode verificar, as possibilidades de estudo geradas com base nos parâmetros que enunciamos são muito alargadas. No entanto, há ainda um aspecto que gostaríamos de destacar e que se traduz no processo de construção, preservação e transmissão da identidade e da memória das próprias comendas, a partir sobretudo do seu património arquitectónico, do seu espólio arquivístico e artístico e dos selos dos respectivos comendadores. É claro que estamos perante uma memória senhorial, muito focalizada nas prerrogativas jurisdicionais exercidas por estas figuras. Estes homens eram responsáveis pela produção de cultura material que perpetua a comenda no tempo, participavam na construção da memória destas células, corporizavam-na e eram dela herdeiros.

O comendador tinha faculdades governativas, jurisdicionais, executivas, administrativas e fiscais e, paralelamente, participava nas estratégias de poder da

³¹ O Grão-Mestre Filiberto de Naillac (1396-1421), a propósito *Da união dos membros e comendas*, determinou que os priores poderiam unir duas comendas, uma de pouco valor e interesse com conselho do capítulo provincial, sem prejuízo dos direitos a cumprir para com o comum tesouro. Referia, no entanto, que a grande distância em relação à cabeça da comenda daria origem a inconvenientes de governação (B.A., *Regra...*, fls. 190v-191).

³² B.A., *Regra ...*, fls. 97-97v.

família biológica a que pertencia, o que torna mais complexa a avaliação da sua actuação³³. Neste sentido, no Priorado de Portugal, entre os séculos XII e XIV, é possível estabelecer uma relação entre as zonas de implantação das diferentes casas senhoriais, que colocavam alguns dos seus familiares na estrutura Hospitalária, e o exercício de algumas dignidades da hierarquia da Ordem, patente numa proximidade geográfica entre o património destas famílias e os bens que estes cavaleiros administravam em prol da Ordem³⁴. No entanto, a acumulação de comendas na mesma pessoa pode ser reflexo da escassez de recursos humanos, como acontecia em França³⁵, e não apenas, como se tem insistido até este momento, resultado de interesses de domínio social e de influências de redes de poder. A este nível, é fundamental tentar apurar o número de freires, a família de que provinham, as possibilidades de afirmação que teriam se não ingressassem na Ordem do Hospital, a mais-valia oferecida por esta instituição ao próprio e aos seus parentes próximos e/ou aos seus apaniguados, o raio de influência de um comendador e das suas clientelas pessoais, o poder que exerciam sobre os caseiros, os interesses que procuravam discutir com outras elites locais e os comendadores que geriam diversas comendas em simultâneo ou que circulavam por várias outras ao longo da vida, bem como as razões que os moviam. Num primeiro esboço de cartografia da mobilidade destes indivíduos é possível perceber que prevalece a tendência de concentração em um ou dois núcleos do património confiado a um mesmo comendador, sendo raros os casos de dispersão acentuada³⁶. Este exercício de observação revela-se importante, na

³³ Cf. MATTOSO, José - *Ricos-homens, infanções e cavaleiros: a nobreza medieval portuguesa nos séculos XI-XII*. Lisboa: Guimarães & C^o Editores, 1982, p. 234-235. Um bom exemplo da importância das redes de poder familiar pode ser encontrado em SOUSA, Bernardo Vasconcelos e - *Os Pimentéis: percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2000, p. 149-172, que utiliza a expressão "uma Ordem de família" relativamente à presença dos Pimentéis no Hospital.

³⁴ COSTA, Paula Pinto - A nobreza e a Ordem do Hospital: uma aliança estratégica. In *As Ordens Militares e de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2005, p. 605-621.

³⁵ Estas circunstâncias favoreciam a criação de um corpo de funcionários que coadjuvava os comendadores nas tarefas inerentes a este ofício e que dependia da dimensão e da complexidade do núcleo patrimonial em causa. A reiterar o interesse dos elementos que temos vindo a indicar, podemos referir o exemplo francês, com base numa inquirição feita em 1373, o qual é caracterizado por uma clericalização e envelhecimento da Ordem. IORIO, Raffaele - *L'inchiesta di papa Gregório XI sugli Ospedalieri della diocesi di Trani*, n^o 1. Taranto: Centro Studi Melitensi, 1996, p. 24-25. No Priorado da França do Norte, segundo a referida inquirição de 1373, os freires Hospitalários não ultrapassavam os 180, havendo apenas 5 cavaleiros em contraste com os 49 freires sacerdotes ou capelães. Nesta altura, 75% dos membros tinham mais de 40 anos e quase metade mais de 50 anos.

³⁶ ALMEIDA, Ema Maria Cardoso de - *A mobilidade no âmbito da Ordem do Hospital: o caso de Portugal na Idade Média*. Porto: edição policopiada da dissertação de mestrado apre-

medida em que ajuda a esclarecer as redes de poder em que estes indivíduos actuavam.

A visão concreta que os órgãos centrais da Ordem tinham de cada comenda será outra meta a alcançar na investigação a desenvolver. Ao que tudo indica, a sede conventual focalizava-se numa classificação administrativa, tomava conhecimento do respectivo responsável por cada uma das unidades e dos rendimentos aí captados, sobressaindo, assim, uma identificação destes núcleos com uma finalidade tributária. Por fim, a inserção do conjunto das comendas de um Priorado na rede total da Ordem é outra questão de abordagem difícil, porque, uma vez mais, as fontes são escassas em informação. A relação de cada comenda com os órgãos centrais da Ordem pode partir do estudo do pagamento das obrigações fiscais (nomeadamente, das *responsões*), dos períodos em que as comendas se encontravam vagas por morte dos seus titulares, das sucessões dos comendadores e das deslocações dos freires à sede conventual ou vice-versa.

Em conclusão, a Ordem do Hospital tinha um âmbito geográfico de influência muito amplo, dilatando-se entre o Médio Oriente e o extremo ocidental da Península Ibérica, pelo que os textos normativos que subscrevia definiam aspectos para a generalidade da instituição sem atender às especificidades regionais. Com efeito, estes documentos legislativos uniformizam, de forma superficial, uma diversidade que teria uma grande expressão e que é preciso debelar caso a caso, pelo que é inegável a necessidade de elaborar estudos monográficos que permitam a caracterização de cada comenda. Da reunião dos elementos enumerados, poderá resultar um melhor conhecimento das comendas, do seu real valor económico, da sua atractividade social, da sua articulação com outras redes mais amplas, e não apenas do seu funcionamento orgânico, como as fontes mais abundantes deixam ver numa primeira leitura.

É também importante desenvolver estudos comparativos, porque as regiões de inserção mediterrânica (privilegiadas no âmbito deste seminário) não actuam de forma tão fraccionada ou isolada como a maior parte dos estudos tem mostrado. Carecemos de abordagens transfronteiriças e de uma comparação com outras regiões (mais setentrionais, por exemplo) para termos uma perspectiva mais clara sobre as semelhanças e as singularidades de comportamentos dos priorados do anel mediterrânico. A própria cintura mediterrânica da Ordem do Hospital não se apresenta uniforme, pois o Sul de França é preponderante no plano administrativo interno, quando comparado com Portugal, com Castela ou com o Sul de Itália. O impacto desta situação, a par da exposição da Ordem às circunstâncias políticas dos reinos em que estava presente, gerou consequências da maior relevância, que ainda não conhecemos suficientemente, como o destino

sentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto, 2006, p. 194-229 (mapas 4 a 39). Em paralelo, saliente-se o mapa 40 (p. 231), em que se representa o número de comendadores conhecidos para cada comenda portuguesa entre os séculos XV e XVI, embora o perfil da documentação conservada até aos nossos dias possa distorcer este tipo de exercício.

dos rendimentos destas comendas em tempos de reconquista peninsular (séculos XII-XIII) em detrimento da tributação devida ao Comum Tesouro, ou como o papel que as regiões mediterrânicas mais periféricas (como a Península Ibérica) assumiram numa cronologia mais tardia, em função dos desafios colocados pelo controlo do Mediterrâneo frente à ameaça turca.

Apesar de conhecermos sobretudo documentação produzida com o objectivo de fixar comportamentos (textos normativos) e a memória económica e jurídica das comendas (prazos, tombos de propriedades, documentos sobre os direitos exercidos), temos que continuar a investigar as lógicas de poder desenvolvidas à sua sombra, bem como a sua integração em redes mais amplas, como a totalidade da organização a que pertencem. Estes aspectos, como não são quantificáveis e não aparecem de forma explícita nos registos escritos, podem beneficiar das vantagens proporcionadas pela história comparada, tanto mais que as singularidades de cada caso levam-nos a questionar aspectos de outra forma insondáveis se nos fixarmos apenas na observação de situações individuais. Em termos concretos, poderá constituir nosso objectivo, nos tempos mais próximos, a comparação do rendimento das comendas portuguesas com as do Sul de Itália, das respectivas dimensões territoriais e da extracção social dos comendadores, a partir da elaboração de trabalhos científicos em parceria. Desta forma, desenvolveremos uma perspectiva integrada que proporcionará uma melhor compreensão do conjunto da realidade histórica que estudamos, a partir, não apenas das fontes históricas de que dispomos, mas, sobretudo, da nossa capacidade de renovação dos problemas colocados.

Le commende dei Giovanniti in Sardegna: studi e ricerche

Maria Eugenia Cadeddu

Stefano Castello

Giovanni Serrelli*

Consiglio Nazionale delle Ricerche

Resumo: A natureza incompleta das fontes históricas sobre os Cavaleiros Hospitalários na Sardenha não permite uma reconstrução apropriada de alguns factos. No entanto, é possível desenvolver outras pesquisas devido à recente descoberta de alguns documentos datados da Idade Moderna e à observação dos seus locais de instalação nesta ilha no referido período.

Abstract: The incomplete nature of the historical sources regarding the Knights Hospitaller in Sardinia does not allow an appropriate reconstruction of the events. Nevertheless it seems possible to proceed to further investigations due to the recent discovery of heritage documents dating back to Modern Age and the accurate examination of the land settlement in the island during that period.

Palavras-chave: Sardenha – Pisa – Coroa de Aragão – S. Leonardo di Sette Fontane – Tombo

Key-words: Sardinia – Pisa – Aragon Crown – S. Leonardo di Sette Fontane – Inventory

1. Le fonti scritte di età medievale

La limitatezza numerica della documentazione scritta di ambito sardo a noi pervenuta dall'età medievale, oltre a causare difficoltà nello svolgimento delle indagini storiche, ha favorito la costruzione di miti e l'accentuarsi di non pochi pregiudizi riguardo ad alcuni caratteri ritenuti propri della Sardegna, quali l'isolamento, la povertà, la marginalità della sua posizione in area mediterranea.

* Il presente articolo è stato elaborato in collaborazione dai tre autori, tuttavia il primo paragrafo è stato redatto da Maria Eugenia Cadeddu, i paragrafi secondo, terzo e quarto da Stefano Castello e il quinto da Giovanni Serrelli.